



RACISMO E PRECONCEITO RACIAL VIVENCIADOS POR ESTUDANTES DE BACHARELADO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO (IFMT)

RACISM AND RACIAL PRECONCEPTION ALREADY LIVED BY STUDENTS OF BACHELOR IN EXECUTIVE SECRETARIAT OF THE FEDERAL INSTITUTE OF MATO GROSSO (IFMT)

Tatiane de Oliveira¹
Keyla Christina Almeida Portela²
Alexandre José Schumacher³

Resumo

Este trabalho busca compreender se os/as estudantes do curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva já sofreram racismo e/ou preconceito racial, com foco na estética, na fase da infância e da adolescência. A metodologia utilizada para produção dos dados foi de abordagem qualitativa e o instrumento de coleta dos dados foi um questionário semiestruturado on-line pelo *google survey* enviados para todos/as os/as estudantes desse curso. Os resultados evidenciaram que os/as estudantes sofreram preconceito racial nas escolas pelo fato de terem cabelo crespo/afro e na própria casa com a família. Os dados evidenciaram também que as práticas pedagógicas da gestão escolar e dos/as professores/as em favor desses sujeitos foram insuficientes. Diante dessa realidade surge a proposta de uma análise futura junto às escolas de ensino fundamental e médio com intuito de evitar ou minimizar o preconceito racial na fase da infância e da adolescência, trabalho articulado com os pais, para assim, prevenir possíveis traumas carregados até a vida adulta.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas, educação, racismo.

¹ Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá/MT, Brasil. Professora de Secretariado Executivo e Mestranda em Educação pelo PPGE/UFMT. E-mail: tatiane.oliveira@cba.ifmt.edu.br.

² Instituto Federal de do Paraná (IFPR), campus Assis Chateaubriand, Assis Chateaubriand/PR, Brasil, Professora de Secretariado Executivo e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUCSP. E-mail: keyla.portela@ifpr.edu.br.

³ Instituto Federal de do Paraná (IFPR), campus Assis Chateaubriand, Assis Chateaubriand/PR, Brasil, Professor de Administração e Doutor em Administração pela Universidade de LaRioja. E-mail: alexandre.schumacher@ifpr.edu.br.

Abstract

This work tries to understand if the students of the course of Bachelor in Executive Secretariat of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT), campus of Cuiabá - Octayde Jorge da Silva already suffered racial racism and / or prejudice, with focus in the aesthetics, in the phase of childhood and adolescence. The methodology used to produce the data was a qualitative approach and the data collection instrument was a semistructured questionnaire online by google survey sent to all students of this course. The results showed that students suffered racial prejudice in schools because they had curly / afro hair and in their own home with their family. The data also show that the pedagogical practices of the school management and of the teachers in favor of these subjects were insufficient. Faced with this reality, a proposal is presented for a future analysis of primary and secondary schools in order to avoid or minimize racial prejudice in the stage of childhood and adolescence, in articulated work with the parents, in order to avoid possible traumas loaded up to the adulthood.

Keywords: Pedagogical practices, education, racism.

1. INTRODUÇÃO

A profissão de Secretariado Executivo é regulamentada pelas Leis 7.377/85 e 9.261/96 que exigem desse profissional o diploma de ensino superior em Secretariado Executivo ou, para a atuação técnica, o certificado de conclusão de curso técnico em secretariado, atualmente, fora desse padrão, o exercício da profissão torna-se ilegal.

O curso de Bacharelado em Secretariado Executivo no Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) tem um currículo plural e integrado, contempla atividades teóricas e práticas com o total de 6 semestres. O curso visa formar profissionais no âmbito científico e humano, vislumbrando um trabalho criativo, competente e proativo. Dessa forma, serem capazes de atuar de forma reflexiva e crítica nos quatro pilares da profissão: assessoria, gestão, empreendedorismo e consultoria.

Assim, o artigo 3º da resolução nº 3 do MEC de 2005 salienta,

O bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento micro organizacional, meso organizacional e macro organizacional.

É importante salientar que uma instituição de ensino é um espaço de convívio social, no qual se tem uma diversidade de contatos logo na infância, realidade que ajuda a construir a cultura e o caráter das crianças e adolescentes, por ser um ambiente plural, é propício à ocorrência de racismos e preconceitos raciais. O currículo, os livros didáticos, professores e gestores escolares reforçam os saberes científicos, deixando de considerar de forma eficaz os saberes populares, história, batalha, sofrimento e valorização do ser negro no Brasil, sem ênfase para o que acontece na vida real na sociedade e comunidade em que os alunos vivem.

A falta de valorização do ser negro/a nas escolas, na perspectiva do negro, faz com que os/as estudantes negros/as desconheçam a própria história, aumentando assim, a distância da própria etnia e da cultura afro, e isso faz com que percam as forças e a motivação para reagir, permanecendo no estado de oprimido/a, diferente e excluído/a.

No Brasil o preconceito racial é mascarado e reforça a rejeição da população branca para com a negra e da própria condição dos/as negros/as, pois ninguém quer estar relacionado a algo diminutivo, negativo e ruim. O/A estudante negro/a não é motivado/a para sua

autoaceitação estética, tendo em vista que a ele/a não é ensinado nem a sua própria história de luta e resistência, tanto no passado quanto no presente, além de não terem ou se têm, são poucas as ações práticas pedagógicas para valorização da beleza negra nas escolas.

Deste modo de ver é preciso fomentar nas escolas as práticas pedagógicas que incentivem a valorização do ser negro/a, tanto por parte dos/as professores/as com ações dentro e fora de sala de aula, quanto por parte da gestão escolar e envolvimento de toda a comunidade, pois muito da prática preconceituosa que vem, muitas vezes, de casa, dos pais, irmãos, parentes próximos, amigos e vizinhos.

Assim sendo, o trabalho em pauta contém uma breve discussão/reflexão sobre racismo, preconceito racial e gestão escolar, bem como o resultado da coleta de dados sobre as manifestações dos/as estudantes do IFMT vitimados/as pelo racismo e pelo preconceito racial e considerações provisórias sobre a temática em questão atualmente.

2. RACISMO

Ao tratar sobre o tema racismo em 2018, dois fatos importantes marcam o processo educacional brasileiro que vale a pena serem destacados, primeiro diz respeito aos 131 anos da pretendida libertação dos escravos, ocorrido com a Lei Áurea de 1888, e o segundo refere-se aos 16 anos de vigência da Lei nº 10.639/2003, que delibera pela introdução no currículo escolar os estudos das Relações Étnicas e Raciais e do Estudo da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. Nesse contexto, é importantíssimo que os/as professores/as, principalmente os/as das áreas humanas e sociais (re)conheçam como ocorreram o processo de construção sociológica do racismo no mundo, onde os europeus, numa visão eurocêntrica, impuseram e determinaram as diferenças humanas a partir do critério raça.

Durante séculos os europeus buscaram repassar para a humanidade a sua superioridade em relação a outros povos, principalmente aos negros, recorreram aos fatores biológicos e geográficos para inferiorizar e condenar as pessoas, tornando-as seus escravos. Assim, os europeus criaram mecanismo de dominação que enraizaram e cristalizaram no imaginário das pessoas como sendo superiores, cuja ação foi reforçada pelos estudiosos do comportamento humano do século XVIII e XIX principalmente franceses e ingleses.

As ideias racialistas foram fundamentadas entre os séculos XVIII e XIX, onde o racismo científico teorizado com embasamento dos cientistas europeus, os quais diferenciam as pessoas a partir da cor de pele, esta forma de categorizar fez com que fossem criados estereótipos. Para que se possa entender como os racialistas criaram a partir do seu contato com outros grupos ou

sociedade o estigma de inferior x superior; forte x fraco, inteligente x não inteligente, capaz e incapaz, ser e não-ser, estigmas estes que marcam até hoje as pessoas principalmente as pessoas negras, é necessário debruçar-se para análise e reflexão.

Mazama (2009) no texto afrocentricidade como um novo paradigma, traz a reflexão sobre as atrocidades que os países europeus cometeram ao tirar os africanos de seu país de origem para serem escravizados, colocando-os na condição de submissão, sem o direito de expressar seus desejos, suas necessidades e vontades, impedindo em muitos casos a prática cultural e religiosa.

A imagem que os europeus brancos, impuseram aos africanos, Mazama (2009), expressa:

Com efeito, a Europa forjou grande parte de sua identidade moderna à custa dos africanos, particularmente por meio da construção da imagem do europeu, como o mais civilizado e do africano como seu espelho negativo, isto é, como primitivo, supersticioso, incivilizado, aistórico e assim por diante (MAZAMA, 2009, p. 112).

Percebe-se na citação acima a forte presença racialista, onde os africanos são colocados como seres inferiores. Essa ideia da desigualdade das raças humanas que o europeu criou entre os homens, de certa forma, cristalizou como sendo verdadeira, se fez hegemônica ao afirmar que as raças não são iguais, e o negro, por exemplo, é feito para servir às grandes coisas desejadas e concebidas pelo branco. Essa situação, vivenciada no processo histórico, Mazama (2009), ilustra a partir do estudo do Francês *Windance Twine*, o qual afirma que o Brasil é o país em que os africanos sofrem uma grave opressão racial sob o disfarce de um fictício “paraíso racial”, neste sentido ela diz como utilizam dos argumentos para negar o racismo e a supremacia branca.

De acordo com Munanga (2000) o racismo nasceu quando o homem começou a fazer justificativas de certos comportamentos em relação às características biológicas, ou seja, se fez tal coisa, deve ser porque é branco, se fez outra coisa, é porque é amarelo ou negro. Dessa relação nasceram as raças e desde então o negro é sempre considerado como inferior.

Essa hierarquização piora as desigualdades com diferentes valores, o branco em relação ao negro tem superioridade e privilégios em todas as suas ações, fazendo com que os negros se mantenham invisíveis na sociedade brasileira, neutros, como diz Carone (2007), com traumas e estigmas que a criança e o adolescente podem levar para o resto da vida. As lembranças ruins, os apelidos, as brincadeiras de mau gosto ficam marcadas na vida adulta.

2.1 PRECONCEITO RACIAL

As desigualdades sociais e educacionais sofridas pela população negra no Brasil, remontam ao longo de quase 5 séculos, reforçada por preconceitos racistas e de inferioridade, passando a imagem de que são seres humanos inferiores aos brancos. O estudo de raça, classe e gênero permite compreender as expressões que marcam e demarcam as populações brasileiras, expressão estas muito presente no contexto cotidiano das escolas, tais como: africano, afro-brasileiro, afrodescendente ou negro.

A discriminação racial praticada no Brasil, desde período colonial, passando pelo Império até chegar à República, leva-nos a investigar o processo da construção social da identidade do povo brasileiro a partir da compreensão do que é ser Negro no Brasil. Tomando como referência alguns autores que discutem as questões étnicas raciais, seja do ponto de vista biológico, seja do ponto cultural, destacamos Munanga (1994) que ao falar sobre identidade destaca:

(...) a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc (MUNANGA 1994, p. 177-178).

Compreender o processo de construção da identidade negra é importante para desvelar as questões subjetivas que são impostas pelas políticas do branqueamento que ocorrem no país. Compreendendo a desigualdade entre brancos e negros como fruto do racismo, impondo a estes a negação de suas raízes, fazendo que incorpore os valores dos povos europeus. Diante dessa imposição é comum ver pessoas com traços negros negar suas características identitárias, como aponta Ferreira (2000)

(...) a identidade da pessoa negra, traz do passado a negação da tradição africana, a condição de escravo e o estigma de ser um objeto de uso como instrumento de trabalho. O afro-descendente enfrenta, no presente, a constante discriminação racial, de forma aberta ou encoberto e, mesmo sob tais circunstâncias, tem a tarefa de construir um futuro promissor (FERREIRA, 2000, p. 41).

Essas questões ideológicas afloram outras questões que são impostas pelas classes dominantes, surge assim, o discurso da mistura (mestiçagem) racial e cultural como importante ponto na construção da identidade brasileira. A ideologia da mestiçagem está presente até hoje na sociedade brasileira. No Brasil, a ideologia do branqueamento imposta pelo grupo hegemônico que luta para manter a ideia de igualdade sob o pretexto da democracia racial, tem contribuído para o fortalecimento de movimentos contrários a essa política de inferioridade que são dispensadas às pessoas não-brancas.

Outro elemento muito presente nas questões raciais é o preconceito, um prévio julgamento de algo ou alguém, que faz mediação entre os sujeitos na sociedade; no caso das raças e etnias, serve de forma negativa que não condiz com a realidade. Sobre esse assunto, Beato (1998) relata que quando se convence que o outro sujeito ou grupo é inferior ou violento e não se quer enxergá-los como seres humanos iguais a eles e a todos, fica-se então, diante de sujeitos preconceituosos.

Sant'Ana (2005) afirma que atitudes assim se tornam cotidianas, um indivíduo ou grupo segue o outro e isso se espalha na sociedade como uma forma correta de vida, além do preconceito racial, envolvem outros como o de gênero, sexo, religião, cultura, região, classe social, profissão e assim por diante. Além de todos os preconceitos, existe o *preconceito de marca*, termo utilizado por Nogueira (1885), relacionado com os traços físicos dos sujeitos, como o nariz, boca, cabelo, gestos, sotaques etc, fatores que reforçam a situação inferior dos negros.

A construção social do racismo e, conseqüentemente, as diversas formas que assumem os preconceitos, carece ser problematizada sob a ótica da história como um processo produzido, maquiado, saqueado, alienado por uma determinada elite política, branca, hétero e rica. A discussão/reflexão proposta a partir das memórias da experiência com o racismo pelos/as estudantes ao longo de sua trajetória de vida, na escola especialmente, é uma forma de compreender e dar corpo a um imaginário social e historicamente forjado que precisa ser enfrentado e superado pedagogicamente.

2.2 GESTÃO ESCOLAR CONTRA O RACISMO

A complexidade do trabalho da gestão escolar contra o racismo, especialmente na escola por ser um local onde há uma diversidade cultural e ideológica, pode inicialmente ser compreendida pelo posicionamento de Pereira (2008), o qual afirma que:

O movimento negro, além de combater o racismo, sempre se esforçou em educar o negro, a comunidade negra, a começar pelos seus próprios militantes. Na década de 70, não eram poucos os que chegavam para a participação trazidos por conflitos íntimos intensos: a confrontação diária com preconceitos e discriminação, como nos casos de bloqueios ou submissão no mercado de trabalho, no mais das vezes velados, disfarçados de brincadeiras e piadas [...] o que em alguns gera a apatia, a amargura, o sentimento de inferioridade, e em outros aguça o interesse por compreender tal situação (PEREIRA, 2008, p. 45).

Pereira (2008) ainda identifica fatos corriqueiros na convivência escolar, haja vista que na maioria das escolas não existe um trabalho efetivo voltado para essa questão, se tratado como um dos elementos curriculares, pode ser considerado como uma tendência a influenciar o desenvolvimento cognitivo dos alunos atingidos pelas piadas que às vezes causam sentimentos de inferioridade.

Na visão de Gomes (2003), busca relatar a importância do papel da escola no combate ao racismo para a criação da identidade dos alunos, seja de forma positiva ou negativa.

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas (GOMES, 2003, p. 77).

A gestão escolar é a soma das questões administrativas e metodológicas da escola, gerencia aspectos físicos, como materiais e recursos; aspectos humanos, como coordenadores, professores, secretários, servidores, funcionários contratados, terceirizados, alunos e a comunidade escolar, e isso faz com que a escola deva assegurar que todas as ações visem o melhor para a instituição (LIBÂNEO, 2007).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) que tem como objetivo nortear os rumos da escola, e, também, define sua identidade, permite que se tenha autonomia no espaço escolar; na elaboração do projeto são contemplados vários aspectos pedagógicos visando o desenvolvimento da escola. Através do PPP a escola planeja ações políticas que deve ter a

participação de toda a comunidade escolar, um trabalho democrático difícil de ser operado. No artigo 14 da LDB afirma o seguinte:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. BRASIL (1996).

Ainda existe a Lei 10.639/03 que altera o artigo 26 da LDB que determina que as escolas ensinem sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, conforme segue:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste estudo foi de compreender se os/as estudantes do curso de Bacharelado em Secretariado IFMT já sofreram algum tipo de racismo e/ou preconceito racial, com foco na estética, na fase da infância e da adolescência, são 150 estudantes devidamente matriculados nos 6 semestres do curso, no ano de 2017, no período noturno.

Inicialmente foram feitas pesquisas bibliográficas que segundo Gil (2006), trata-se da leitura de livros ou artigos científicos com a finalidade de subsidiar o diálogo teórico sobre as categorias e metodologias em foco. Utilizou-se da abordagem qualitativa que, segundo Minayo (1994, p. 22) vem da “impossibilidade de investigar e compreender, por meio de dados estatísticos, alguns fenômenos voltados para a percepção, à intuição e a subjetividade”.

Este trabalho teve propósito descritivo que segundo Triviños (1987) é uma estratégia metódica utilizada para descrever fatos e fenômenos da realidade de alguém ou algum grupo. Para a coleta de dados, no mês de setembro de 2017 foi enviado um questionário on-line pelo

google survey para todos os/as estudantes do curso, cerca que 150 frequentantes ativos, obtendo 59 respostas. A seguir serão compartilhados os resultados e discussões sobre os resultados alcançados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi baseada nas respostas dos/as estudantes do curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do IFMT, tendo como propósito, compreender se os/as estudantes do curso de Bacharelado em Secretariado IFMT já sofreram racismo e/ou preconceito racial, com foco na estética, na fase da infância e da adolescência. O questionário estruturado, composto por questões fechadas e abertas, foi dividido em 10 perguntas. O primeiro grupo visou delinear o perfil dos/as estudantes: gênero, idade, raça, se estudou em escola pública ou privada. Outro grupo de questões buscou dados mais subjetivos: os desejos e dilemas com o próprio corpo e dentro deste universo, a relação com a família. Para, além disso, nos interessava saber se já tinham sofrido racismo e preconceito racial na escola motivada, por exemplo, pelo tipo de cabelo e se isso foi tratado em nível de gestão escolar. Para finalizar pedimos que relatassem algum momento de discriminação na escola que ficou marcado em sua vida até hoje.

A primeira pergunta foi fechada e aberta, onde o sujeito teve a oportunidade de responder se era do gênero feminino, masculino ou de outro, e qual seria esse.

Observou-se a dominância do gênero feminino no curso de Bacharelado em Secretariado Executivo, com o percentual de 91,5% e restante do gênero masculino, o que não sai do comum para o curso, até o momento, já que é um curso predominado pelo gênero feminino, apesar de ao longo do tempo essa realidade está sendo alterada, porém, ainda devagar.

A segunda pergunta foi sobre a idade, mostrando que a maioria está na faixa de 21 a 25 anos, após, de 26 a 30, seguidos por uma menor faixa de 31 a 40 anos, ou seja, turmas jovens, porém, pela faixa etária inicial, percebe-se que pode ser a segunda graduação ou que iniciaram a graduação um pouco depois do término do ensino médio.

A terceira pergunta foi aberta para liberdade do sujeito definir a sua raça da maneira que ela melhor se identifica, de acordo com as suas crenças, valores e grupos sociais.

Nas respostas notou-se uma diversidade de raças, sendo a maior parte, brancos, negros e pardos, além de 1 amarelo e 2 se definiram como humanos. Pela maioria se identificar como negro e pardo, possivelmente a maior parte deles pode ter sofrido com o racismo e/ou preconceito racial na infância e/ou adolescência na escola e com traumas até hoje.

A quarta pergunta foi sobre onde o sujeito estudou na infância e na adolescência, em escola pública ou privada na maior parte do tempo. A maioria estudou em escola pública e

relacionando com a pergunta anterior, mostra que a população negra e parda está com mais acesso ao ensino superior público superior federal, instituição atual desses sujeitos, que é o IFMT.

A quinta pergunta surpreendeu pelo fato do cabelo ter ficado em quarto lugar na pesquisa, já que é uma parte do corpo bastante mudada pelas mulheres e autora Gomes (2002) afirma que o cabelo é um dos mais importantes símbolos de representação do corpo, principalmente os cabelos crespos/afros, ou talvez pela facilidade de hoje em alterar a estrutura dos fios, ele tenha ficado nesta posição. A barriga, as coxas e as pernas entre os primeiros, talvez seja por serem mais caros e arriscados os procedimentos para alteração e pela dificuldade em se fazer atividades físicas.

A sexta pergunta foi para saber se a mãe dos/as estudantes durante a infância já havia alterado a estrutura capilar e mostrou que quase a maioria das mães logo na infância/adolescência, alteravam a estrutura capilar das filhas, o que reforça de forma negativa que o cabelo delas não é bonito e algo precisa ser feito para mudar. Ou seja, desde cedo a criança já recebe essa mensagem que o cabelo é feio, às vezes não com essas palavras, mas o fato da mãe querer mudar, a criança compreende que não é bonito.

As crianças de grupos étnicos diferenciados percebem quando são desqualificadas, adquirindo, assim, uma concepção coletiva de sua etnia a partir do estigma que lhe é atribuído. No caso das crianças negras, as suas características raciais (tom de pele, nariz achatado, cabelos encarapinhados) são consideradas feias e elas introjetam a inferioridade. Em sua concepção, ser negro é ser feio (SILVA, 1995 *apud* ABRAMOWICZ E OLIVEIRA, 2006, p. 51).

A autora Gomes (2002) corrobora da informação quando relata que a forma de tratar os cabelos afros/negros de “cabelo ruim”, expressão praticamente normal na sociedade e dentro das escolas, o que reforça o preconceito do aluno branco em relação ao aluno negro e o desmotiva ainda mais a usar seu cabelo natural, pois ninguém quer estar relacionado a algo feio ou ruim.

A próxima pergunta buscou identificar se na visão dos/as estudantes a gestão escolar (coordenadores/as e diretores/as) e professores/as tomavam providência positiva a favor do/a estudante nos casos de racismo e preconceito racial na escola. As respostas mostraram que os/as gestores/as e/ou professores/as não têm feito nada para intervir e apoiar os /as estudantes quando essas situações ocorrem. Sendo assim, se faz necessário uma análise e intervenção nas práticas pedagógicas em favor do ser negro/a nas escolas de ensino fundamental e médio, já que esses

têm o direito de conhecer a própria cultura, sendo que no Brasil, essas são diversificadas e africanizadas, o silêncio quanto a essas questões deve ser quebrado, pois,

como responsáveis pelo fomento do tema africanidades nos ambientes escolares, os educadores e educadoras podem promover momentos de reflexão e atuação social para essa ressignificação, na qual as pessoas tenham o direito de ser quem são trazendo consigo sua história, a ancestralidade e o entorno, sem constranger-se por isso, cientes de que cada ação humana, por mais simples, diz respeito a um todo muito maior, no qual somos um, e onde o produto desse ato é fruto das escolhas que fazemos ao conduzir nossa própria vida (SOUZA, 2010, p. 156).

Gomes (2002, 2003) relata que nos espaços escolares as comparações e padrões estéticos são intensificados na vida das crianças e dos(as) adolescentes negros(as) e a escola pode influenciar de forma positiva na identidade negra com práticas pedagógicas que valorizem esses sujeitos.

O entendimento da simbologia do corpo negro e dos sentidos da manipulação de suas diferentes partes, entre elas, o cabelo, pode ser um dos caminhos para a compreensão da identidade negra em nossa sociedade. Pode ser, também, um importante aspecto do trabalho com a questão racial na escola que passa despercebido pelos educadores e educadoras. [...] A discussão sobre a riqueza do trato com o corpo negro e sobre os processos de opressão que o mesmo tem recebido ao longo da história pode vir a ser uma rica atividade pedagógica a ser desenvolvida com os alunos e alunas em sala de aula, possibilitando debates e atividades sobre a história e cultura afro-brasileira (GOMES, 2003, p. 177).

A próxima pergunta foi para identificar se agora na fase adulta o/a estudante faz algum processo químico para alisar os cabelos. Quase a metade respondeu que altera a estrutura dos cabelos, porém, já é um grande avanço a maioria não alisar, o que sinaliza que o padrão de beleza branca está sendo desconstruído, mesmo que devagar. Portanto, muito ainda tem que ser feito ainda em favor da beleza negra, inclusive com ações dentro das escolas.

A última pergunta foi aberta com um pedido de relato sobre algum momento em que o/a estudante sofreu racismo e/ou preconceito racial na escola que ficou marcado em sua vida até hoje.

Alguns dos relatos foram⁴:

⁴ Os relatos estão na íntegra, ou seja, nada foi alterado na escrita dos/as estudantes, nem mesmo a ortografia.

Te orgulho de ser negra e ter os meus cabelos armados.. Uma vez me chamaram de piche. (aquela lama asfáltica negra que se passa no chão) e me senti muito mal. Tinha preconceito comigo mesma, porque falava para minha mãe que eu queria ter um filho branco. Mas graças a Deus superei e hoje tenho orgulho da minha cor.

Apelidos relacionado ao cabelo

Mesmo sendo branca sempre tive cabelo armado e uma colega falava para usar creme para abaixar.

Cabelo de bombril

Me lembro de ser ofendida diversas vezes por ter cabelo enrolado

JÁ FUI CHAMADA DE TIÇÃO POR UMA AMIGA.

Quando alguém fez o sinal de cruz e me chamou de demônio.

O momento em que colocaram chiclete no meu cabelo

Renda baixa (preconceito por ser pobre)

Quando fui abusada sexualmente

Brincadeiras em relação a minha aparência

Em questão do cabelo

Professor me tira da sala porque dei minha opinião

Quando começou a crescer, falavam cabelo de nego

Cabelo de bombril, inclusive minha irmã tinha um apelido pelo nome bebe wani cabelo de arame o nome dela anedyane.

Fui chamada de juba de leão

quando eu era criança (pré escola) a prof me separava dos outros alunos e não me ensinava

pq era negra. Depois quando mudei de escola sempre sofri preconceito por ter o cabelo

cacheado e volumoso viva passando por bullying ate a adolescencia

discriminação ao tipo de cabelo, "cabelo de bombril"

por eu ter dentes grandes, era chamada de boca de cavalo

Sendo assim,

O estudo sobre as representações do corpo negro no cotidiano escolar poderá ser uma contribuição não só para o desvelamento do preconceito e da discriminação racial na escola como, também, poderá nos ajudar a construir estratégias pedagógicas alternativas que nos possibilitem compreender a importância do corpo na construção da identidade étnico-racial de alunos, professores negros, mestiços e brancos e como esses fatores interferem nas relações estabelecidas entre esses diferentes sujeitos no ambiente escolar (GOMES, 2003, p. 180).

superar o problema da discriminação racial na educação não é colocar capoeira, cabelo com trancinha ou feijoada no currículo; pode até passar por isso, mas deve antes passar pelo compromisso dos educadores de tentar qualificar os seus alunos negros para as mesmas posições ocupadas pelos alunos oriundos dos outros segmentos étnicos (COSTA, 2010, p. 46)

As respostas mostram o quão difícil é a vida na escola para as crianças e os adolescentes quanto ao formato dos cabelos e a cor da pele, o que pede de forma urgente a intervenção dos/as professores/as e gestores/as para trabalharem com práticas pedagógicas em favor da população

negra em conjunto com a lei 10.639/03 e com os/as próprios/as negros/as e dessa forma, possibilitar uma (re)construção de uma identidade positiva dos diferentes sujeitos, com o apoio fundamental dos/as professores/as que devem ir além de uma formação teórica tradicional e incluírem a cultura africana em todo o espaço escolar, de forma a quebrar a hegemonia europeia e colonial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados da pesquisa feita com os/as estudantes do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva buscou compreender se esses/as estudantes já sofreram algum tipo de racismo e/ou preconceito racial, com foco na estética, na fase da infância e da adolescência, pode-se afirmar que as crianças e os adolescentes sofrem sim racismo e preconceitos raciais nas escolas pelo fato de terem cabelo crespo/afro e na própria casa, principalmente pela mãe, quando essa altera a estrutura do cabelo das filhas ou somente os prende, mesmo que não seja a intenção, mas não deixa de ser caracterizar o preconceito racial.

As escolas não estão cumprindo o seu papel social em favor da valorização do ser negro/a, além de não estarem cumprindo a lei 10.639/03, fato grave que merece mais análises e intervenções, tanto do governo em fiscalizar de forma eficaz e contínua, quanto da população em cobrar e exigir o que é certo e moral.

Sugere-se uma análise maior e mais abrangente para identificar outras necessidades da população negra nas escolas, caso contrário, os mesmos continuarão invisíveis e sofrendo.

Percebe-se a necessidade dos/as gestores/as e professores/as se unirem com os/as estudantes e os pais, para discutirem melhores práticas que beneficiem esta população já tão discriminada dentro e fora das escolas. Assim, pode-se mover talvez o governo para melhor fiscalizar e incentivar as escolas.

Por fim, esta pesquisa é um pequeno passo para reflexão dos/as envolvidos/as com o ensino e a gestão escolar, e uma oportunidade para avançar e aprimorar as práticas pedagógicas em favor dos/as negros/as, caso contrário, nada mudará.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. **A escola e a construção da identidade na diversidade**. In: ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, L. M. A.; SILVÉRIO, V. R. (orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazem do Ipê, 2006.

BEATO, J. **Um novo milênio sem racismo na Igreja e na sociedade**. Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo – CENACORA, 1998.

BRASIL. Lei n. 7.377, de 30 de setembro de 1985. Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura. Recuperado em 26 de abril, 2019. http://www.fenassec.com.br/bosecretariado_lei_regulamentacao.html#lei.

_____. Lei n. 9.261, de 10 de janeiro de 1996. Altera a redação dos incisos I e II do art. 2º, o caput do art. 3º, o inciso VI do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.377 de 30 de setembro de 1985. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura. Recuperado em 26 de abril, 2019. http://www.fenassec.com.br/b_osecretariado_lei_regulamentacao.html#lei.

_____. Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília.

_____. Resolução n. 3, de 23 de junho de 2005. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. Relator: Éfrem de Aguiar Maranhão. Recuperado em 26 de abril, 2019. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs) **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre a branquitude no Brasil. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COSTA, L. G. (Org.). **História e cultura afro-brasileira**. Subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais. Maringá: Eduem, 2010.

FERREIRA, R. F. **Afro-Descendente**: Identidade em Construção. Rio de Janeiro: Palas; São Paulo: EDUC, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, N. L. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo**: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2002, n.21, pp. 40-51.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F.; TOSCH. **Educação Escolar Política, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

MAZAMA, A. A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P. (Org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói, RJ: EdUFF, 2000.

NOGUEIRA. O. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. (Biblioteca básica de ciências sociais: série 1: Estudos Brasileiros: v. 9.).

PEREIRA, A. A. **Influências externas, circulação de referências e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**: idas e vindas no ‘Atlântico Negro’. Ciências e Letras. Porto Alegre, 2008.

SANT'ANA, A. O. de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus derivados. In: MUGANGA, K. et al. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2^a ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, P. C. A. **Educar-se ao mundo**: percepções acerca das africanidades. Revista Espaço Acadêmico. São Paulo, v. 9, n. 106, p. 149-159, mar. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.